

MODALIZAÇÃO E POLIFONIA EM CARTAS DE LEITORES DO PERÍODO ELEITORAL PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tatiana Jardim Gonçalves (UFF)
tatiana.goncalves@hotmail.com

1. Introdução

Ao tomar a palavra, o indivíduo necessariamente se inscreve no enunciado, transmitindo seus pontos de vista e posicionamentos a respeito de algo. Essa inscrição no enunciado se dá por meio de marcas linguísticas que melhor marquem sua projeção no enunciado, entre elas está a modalização. Em sentido amplo, a modalização é o fenômeno discursivo por meio do qual o indivíduo projeta no enunciado seu grau de comprometimento com o que diz.

Ocorre, todavia, que tal projeção no enunciado, muitas vezes, desencadeia outros enunciados, outras pontos de vista, outras vozes que remetem a outras circunstâncias. Tal inscrição é, portanto, elemento detonador de polifonia. Assim, analisamos neste trabalho a relação entre modalização e polifonia em três cartas de leitores do período eleitoral para a presidência da república. Para isso, será adotada uma concepção enquanto atividade como defende Benveniste (2005), no que se refere à argumentação, serão considerado os postulados de Ducrot (1976,1987 e 1989). Para falar especificamente de modalização recorreremos à Koch (2009) e Pinto (1994). Finalmente, para falar de polifonia, recorreremos novamente a Ducrot e também a Maingueneau (2011).

2. Língua, discurso e interação

Fazer considerações sobre língua, em uma perspectiva enunciativa, é admitir que o uso da mesma por um indivíduo não se restringe somente à combinação palavras. O indivíduo a mobiliza e, com isso, se mostra no enunciado e instaura o sentido. Temos, assim, a enunciação que é, nas palavras de Benveniste (2005, p. 82), “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”.

Desse modo, a língua se torna discurso, pois o indivíduo que a aciona o faz em espaço e tempo singulares, propiciando sentidos também

singulares. Temos, então, um discurso criado e fundamentado na língua e pela língua.

Obviamente, como o próprio linguista supracitado afirma, encontramos no mundo um homem falando com outro homem, isso nos leva a pensar que a mobilização da língua requer a presença do outro. A língua, então, é mobilizada por um indivíduo que, ao se instaurar no discurso, instaura também o outro. Há uma relação intersubjetiva. O *eu* do discurso necessita do *tu* para que a interlocução ocorra, para que o próprio discurso assuma o sentido e provoque no outro os efeitos desejados.

Desse modo, falamos em língua, discurso e ação porque a língua mobilizada pelo indivíduo produz o enunciado que age sobre o outro. As relações de interlocução aí presentes fazem do enunciado a própria ação.

3. A argumentação

A mobilização da língua pressupõe locutor e interlocutor. Tal movimento gera sentidos e, conseqüentemente, efeitos. Isso quer dizer que a mobilização da língua é também argumentação.

Considerar o termo argumentação é, imediatamente, fazer remissão à antiguidade clássica. Nesse período, a argumentação foi de grande valia, pois a Grécia estava passando por um período de reformulação política. Com isso, os indivíduos precisavam dominar a palavra para serem ouvidos, pois o discurso substituiu o embate físico.

A argumentação, nessa perspectiva, era compreendida como uma técnica de organização do discurso que visava à persuasão do outro, que tinha o objetivo de levar o outro a aderir pontos de vista.

Em contrapartida, a argumentação, como entende Ducrot (1976), é parte da atividade linguística. Para o teórico,

A significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados. (DUCROT, 1989, p. 18)

Assim, a argumentação está presente em todo e qualquer enunciado, independentemente da função sociocomunicativa do gênero textual em que esteja inserido. Conceber a argumentação como fator intrínseco à atividade linguística é compreender a própria língua como veículo de intenções e pretensões dos locutores e interlocutores, pois como assevera

Koch (2003, p. 29) “procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa”. Assim, pelo exercício da linguagem, o homem se representa como ser social.

Sendo a argumentação entendida também como fator básico da atividade linguística, cumpre mencionar as pistas que orientam o sentido de dado enunciado. Segundo Koch (2009), as marcas linguísticas da argumentação são: as pressuposições, os operadores argumentativos, os índices de polifonia, os tempos verbais e os modalizadores. Esses itens conferem ao enunciado efeitos de sentido distintos, atuam no enunciado conduzindo o interlocutor a determinadas conclusões.

Assim, tratar da argumentação na língua, é tratar da própria atividade que os indivíduos exercem pela linguagem. É tratar da ação que se dá na interlocução e dos objetivos que se podem entrever nesta interlocução.

4. A modalização

Como mencionado nas linhas iniciais deste trabalho, ao se apropriar da língua, o locutor procura elencar marcas linguísticas que o inscrevam no enunciado, que denunciem suas intenções e pontos de vista relacionados a dado tema. Entre essas marcas linguísticas está a modalização. Mas, mencionar a modalização é estabelecer relação com modalidade.

Os estudos sobre modalidade estiveram, inicialmente, vinculados à Lógica Modal. Nesse campo, Aristóteles investigava a categoria, ligando-a à verdade das proposições. Assim, as noções que poderiam ser encontradas em proposições eram as de: possível, não possível; contingente, não contingente; impossível e necessário eram consideradas no estudo da proposição.

As premissas ultrapassaram o campo da lógica modal e adentram no âmbito da linguística. Nesse sentido, a relação entre enunciadador e proposição é fundamental. Então,

[...] se a língua é o acervo dos signos e das relações entre os signos, enquanto todos os indivíduos lhes atribuem os mesmos valores, a fala é o funcionamento desses signos e de suas relações para expressar o pensamento individual: é a língua em ação, a língua realizada. (BALLY, *apud* FLORES, 2008, p. 17)

Dessa maneira, a modalidade passa a ser investigada como uma categoria discursiva usada pelo enunciador para demonstrar seu comprometimento com o enunciado.

Neste trabalho, entretanto, nos propomos a tratar da modalização. O aporte teórico antes citado nos permite tratar a categoria sob a perspectiva semântico-pragmática. Assim, é possível dizer que a modalização é um processo decorrente do momento, do espaço e das relações intersubjetivas presentes na enunciação.

Pinto (1994) insere a modalização no que denomina de dispositivos enunciativos pelos quais o locutor cria, de acordo com seus interesses, universos de referência. O autor designa esses dispositivos como: modalização da enunciação e modalização do enunciado.

A modalização da enunciação diz respeito às operações enunciativas que projetam no enunciado o tipo de interação que o locutor deseja estabelecer com o interlocutor. São as relações estabelecidas pelos atos de linguagem, em que o locutor deseja obter do interlocutor uma resposta.

Já modalização do enunciado compreende a incidência de *dicto* e de *re*. Tais incidências são possibilidades que o locutor tem de modalizar seu enunciado. Na primeira forma de incidência (*dicto*), a modalidade atinge a todo enunciado como no exemplo:

É possível que o aluno seja aprovado.

Na segunda incidência (*re*), somente o predicado é atingido pela modalidade: Esse aluno *deve* ser aprovado. A modalização do enunciado está ligada ao valor que o locutor atribui aos estados de coisas que descreve. Essa modalização refere-se ao grau de engajamento, de comprometimento do locutor com o seu enunciado ou com o que está descrito neste.

Outra perspectiva relacionada à modalização é a de Koch (2009). Conquanto a autora use o termo modalidade, suas explicações abarcam considerações de ordem semântico-pragmática. Para ela, as modalidades são “parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz.” (KOCH, 2009, p. 73)

Então, a modalização pode ser entendida como um processo desencadeado pela enunciação, pois locutor, interlocutor, momento e espaço contribuem para sua ocorrência. Além disso, imprime no enunciado o

grau de comprometimento do locutor com o enunciado ou com o conteúdo deste.

A modalização confere, a um enunciado, noções diversas que estão vinculadas às tipologias das modalidades que são:

- Modalização alética – ligada ao eixo da existência e relacionada à verdade ou falsidade das proposições, ou seja, à verdade de um estado de coisas.
- Modalização epistêmica – (do gr *epistemis* – conhecimento) está ligada ao eixo das crenças, dos saberes, dos conhecimentos. Em um enunciado, são advindas dos julgamentos que o locutor faz de um estado de coisas. Desencadeia noções como possibilidade, impossibilidade, certeza, incerteza.
- Modalização deontica (do gr *deon* – o que é obrigatório) – Está ligada ao eixo da conduta, dos valores. Em um enunciado, expressa noções como necessidade, obrigatoriedade, proibição, permissão.

Cabe ressaltar que, apesar de haver esta divisão, no âmbito linguístico, como assevera Neves (2006), as modalidades *stricto sensu* são a epistêmica e a deontica, pois dificilmente há, em um enunciado, um conteúdo que não tenha sido filtrado pelo conhecimento do indivíduo.

Assim, a modalização como marca linguística que imprime no enunciado o grau de comprometimento do locutor, desencadeia noções que, conseqüentemente, geram outros fenômenos e conferem ao enunciado direcionamentos distintos em conformidade com o contexto.

5. A polifonia

Em um enunciado, muitas vezes, estão inscritos outros pontos de vista, outros enunciados, outras vozes. A esse fenômeno dá-se o nome de polifonia.

A noção de polifonia foi inserida nos estudos linguísticos por Ducrot. O estudioso contestou a unicidade do sujeito, sob alegação de que todo texto possui no seu interior três personagens: o sujeito empírico, o locutor ou locutores e o enunciador. Na perspectiva do autor, no enunciado, há uma pluralidade de personagens que podem ser identificados em uma única personagem.

Assim, o locutor ou locutores são aqueles a quem podemos imputar a responsabilidade pelo enunciado, a ele (s) atribuímos as marcas de primeira pessoa. Já o sujeito empírico é o ser físico que produziu o enunciado, mas segundo Ducrot, dificilmente podemos encontrá-lo, pois os enunciados depois de produzidos vão sendo assumidos por outros falantes. Por enunciador ou enunciadores, o linguista assevera que não são entidades físicas nem vozes autônomas, mas perspectivas que podem ser encontradas no enunciado.

Nesse ponto, temos a noção de polifonia que, de acordo com Koch (2003), é o fenômeno pelo qual, no mesmo enunciado, se fazem ouvir diversas vozes que falam de perspectivas ou pontos de vista com as quais o locutor se identifica ou não. Então, em um enunciado, certos índices, levam o interlocutor a inferir outros enunciados que estão ou não em consonância com o locutor, mas que geram efeitos distintos. A relação entre modalização e polifonia está aí. Na seção precedente, vimos que a modalização é uma marca linguística que mostra o grau de comprometimento do locutor com o enunciado ou com o conteúdo deste e que é expressa por certos itens lexicais. Assim, alguns desses itens, em conformidade com o contexto e com a enunciação, é que propiciam o aparecimento de outros enunciados, de outros pontos de vista, conferindo certos vieses argumentativos e dando ao locutor a possibilidade de se isentar de responsabilidade pelo dito, de respaldar o seu dito ou de se identificar com essas outras vozes.

6. O gênero textual carta de leitor

A comunicação humana não ocorre com palavras isoladas, mas através de textos. Esses textos, por sua vez, aparecem sob formas tipificadas de uso da língua, ou seja, para que faça sentido, a língua precisa aparecer em determinadas formas de apresentação: os gêneros textuais.

Bazerman (2006) afirma que os gêneros textuais podem ser compreendidos como fenômenos de reconhecimento psicossocial, pois, ao travar contato com um gênero, o indivíduo reconhece não só suas características estruturais, mas também sua função sociocomunicativa. Essa perspectiva, denominada de sociorretórica, concebe os gêneros como reguladores de práticas e de atividades sociais. Um gênero, nessa concepção, é oriundo do papel dos indivíduos no uso da linguagem.

Ainda no que tange à questão do gênero textual, podemos citar a noção de domínio discursivo defendida por Marcuschi (2002). O referido autor postula que os gêneros textuais estão inseridos em instâncias de produção discursiva ou de atividade humana que possibilitam a produção, a circulação e o surgimento de gêneros específicos. Temos, então, o domínio jurídico, o domínio religioso, o domínio jornalístico etc. Esses domínios compreendem vários gêneros e ensejam o aparecimento de outros porque estão atrelados às atividades humanas, às práticas sociais.

O gênero textual carta de leitor está inserido no domínio jornalístico. Como todo gênero, possui certas características, por isso é mais coerente fazer uma exposição acerca disso.

Em sentido amplo, é um gênero textual do domínio público, visto que indivíduos pertencentes a diferentes classes sociais podem acessá-lo. É um gênero que está disponível em jornais e revistas e pode conter atos de fala distintos como: opinião, denúncia, elogio etc.

O locutor desse gênero se mostra como um cidadão muito comprometido com o conteúdo que enuncia, nesse sentido, o espaço destinado à publicação da carta de leitor seria “um simulacro de atuação democrática, enraizado na cultura, para evidenciar o dever ser do lugar comum”. (TROUCHE, 2010, p. 695)

Desse modo, a carta do leitor é um gênero que dá ao indivíduo a possibilidade de se mostrar enquanto cidadão, ou seja, o gênero textual carta de leitor dá ao indivíduo a possibilidade de atuar como participante da vida social.

7. Análises

Nesta seção, procederemos à análise dos fenômenos modalização e polifonia nas cartas de leitores. Para tal, escolhemos dois exemplares de cartas publicadas no jornal O Globo no período eleitoral para a presidência da República em 2010. Não foram feitas modificações de nenhuma natureza.

Carta 1

Como tudo parece indicar, Dilma será eleita e, daí, o que vai acontecer? Será que Lula vai deixá-la governar ou tentará continuar mandando? É possível alguém governar de fora? E se ela efetivamente sentar na cadeira, conseguirá enquadrar os políticos à sua volta, ou vamos ter um governo de crises, com o PMDB pronto a assumir o cargo, já que o vice é um dos seus? Quem é

Dilma? Ninguém sabe. De sua biografia, o que se sabe é que foi guerrilheira na juventude. Depois disso, nada, até o dia em que apareceu no Ministério de Lula. Até mesmo a fama de boa gestora só é conhecida através da falação de Lula. Assim, parece que o Brasil vai dar um cheque em branco a alguém que ninguém conhece, talvez nem ela mesma, depois das modificações sofridas, não só na aparência física como na personalidade. Será ela capaz de ter luz própria e bom senso para governar sem interferências externas?

Helôisa Taunay Horta, Rio de Janeiro (*O Globo* 19.09.2010)

A carta inicialmente apresenta questionamentos que pertencem a muitos locutores, ou seja, são questionamentos da coletividade. No texto, encontramos as ocorrências:

1. Como tudo *parece* indicar, Dilma será eleita (...)

2. (...) *parece que* o Brasil vai dar um cheque em branco a alguém que ninguém conhece (...)

Ambas são materializações de modalização epistêmica, ligadas ao eixo do conhecimento, do saber, da crença. Na primeira ocorrência (1), observamos a noção de possibilidade, mas uma possibilidade apoiada em pontos de vista que não são do locutor, pois, ao enunciar que Dilma possivelmente será eleita, evoca questionamentos da opinião pública. A marca linguística desencadeia, portanto, o fenômeno denominado polifonia.

A segunda ocorrência (2), também de modalização epistêmica, é expressa por uma oração modalizadora. Tal oração modaliza o conteúdo proposicional que está no segundo bloco do enunciado. A oração principal modaliza o enunciado, mostra, nas palavras Koch de (2009, p. 137), aspectos relacionados à enunciação; ou seja, afeta o conteúdo da oração subordinada, reconstrói o enunciado, pois este poderia ser proferido sem a sua presença, o que acarretaria outro efeito de sentido. Nesse enunciado, também observamos a polifonia, visto que outro ponto de vista é evocado. Outro enunciado possível seria: Não conhecemos o trabalho de Dilma, seu perfil de gestora, como vamos entregar a nação a ela?

O locutor se apropria desde o início de questionamentos que pertencem aos outros membros da comunidade; a presença de modalização epistêmica confirma tal posicionamento.

Carta 2

O presidente do TSE recomenda aos eleitores que pesquisem as vidas/fichas dos candidatos para não votar errado. Os eleitores não têm tempo para isso: trabalham para sustentar a família ou são analfabetos ou semi, e não saberiam

como fazê-lo. Como os eleitores já pagam os altos salários desse judiciário, por que ele não cassa as candidaturas dos aéticos? Parece-me que isso é tarefa da Justiça, e não somente aplicar multas.

Mário A. Dente, São Paulo, SP (Jornal O Globo 03.08.2010)

O texto traz um discurso em que a segmentação está presente. O locutor distingue os eleitores em duas classes: a do proletariado e a dos analfabetos. Os primeiros não teriam tempo para analisar as fichas dos candidatos, os outros não teriam capacidade intelectual. O locutor confere a atribuição de analisar as fichas dos candidatos ao judiciário e lança mão do enunciado:

Parece-me que isso é tarefa da Justiça, e não somente aplicar multas.

Observamos, neste recorte, a ocorrência de modalização epistêmica construída pela oração *parece-me que*. Ao introduzir o pronome oblíquo *me*, o locutor se engaja, se inscreve, se compromete em alto grau com o que enuncia e se sente autorizado a dar sua opinião sobre “o que se deveria fazer”. A oração usada é também um índice de polifonia, pois convoca outra voz. Ao enunciar, deixando como marca essa expressão, o locutor chama o TSE à responsabilidade: TSE é que deve analisar as fichas dos candidatos, não o povo, que não tem condições para isso.

8. Considerações finais

Neste trabalho, entendemos a língua como discurso decorrente de uma ação gerada pela interlocução entre os participantes do ato comunicativo (*eu-tu*). Desse modo, os recursos linguísticos presentes em um enunciado são as pistas deixadas pelos locutores, são marcas que possibilitam a constituição do sentido e as atitudes responsivas de ambos.

Nesse sentido, a modalização, como marca linguística da argumentação que possibilita ao interlocutor manifestar seu grau de comprometimento no enunciado, pode ser entendida como resultado do processo interlocutivo, já que ao produzir um enunciado, o locutor procura escolher recursos linguísticos que melhor veiculem seu posicionamento e manifestem o sentido pretendido no enunciado. O item lexical escolhido para manifestar a modalização de tipologia epistêmica nos textos analisados desencadeia outro fenômeno: a polifonia, ou seja, a presença de outras vozes, de outros enunciados no texto.

Tais fenômenos, nos textos analisados, confirmaram a enunciação dos locutores e orientaram os textos para certos sentidos. A temática do texto em conformidade com a enunciação foram fatores que determinaram o uso dos recursos linguísticos.

Finalmente, cabe mencionar que a relação entre modalização e polifonia está ligada à enunciação e a fatores semântico-pragmáticos, mas porque não dizer que sejam recursos intrínsecos ao funcionamento do gênero textual analisado, já que é um gênero de ordem pública em que o locutor se coloca como cidadão, se compromete e recorre a outras vozes para respaldar, orientar e até representar seu discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 2005.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Pragmática linguística: delimitações e objetivos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador. (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 161-182.

_____. Sobre a noção de sujeito. In: _____. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 53-85.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística*. Trad. Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfield Villaça. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

NEVES, Maria Helena de Moura. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In: _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 151-160.

PINTO, Milton José. *As marcas linguísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

TROUCHE, Lygia Maria Gonçalves. Cartas do leitor: a construção do ethos como espelho da cidadania. *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Nº 2, 2010, t. 1, p. 292-704.